

EMPODERAMENTO DE MULHERES DO MEIO RURAL: UM MARCO PARA ACELERAR A IGUALDADE E PROMOVER OS DIREITOS HUMANOS

EMPOWERMENT OF RURAL WOMEN:

THE FRAMEWORK FOR ACCELERATING PROMOTE EQUALITY AND HUMAN RIGHTS

Sandra Vidal Nogueira¹

Adélia Dugatto Duarte²

Resumo

O trabalho, financiado pelo edital MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA 32/2012, versa sobre igualdade de gênero e empoderamento de mulheres do meio rural. Em termos de referenciais, lógica do sensível é a base. Houve um reforço na ampliação do conceito de gênero a partir do respeito à diversidade religiosa, a liberdade de convicções e de expressão cultural e de singularidades linguísticas e nacionais. O argumento baseia-se na tese de que a reconstrução das próprias paisagens (sejam elas afetivas, físicas ou psíquicas) permite que as pessoas escutem melhor o seu entorno, o seu lugar e a si mesmo. Em sua estrutura temática, possui três partes: 1ª parte - autoformação como construção, pelo sujeito, de suas próprias paisagens. 2ª parte - A pessoa, ao narrar, narra-se e, ao fazê-lo, promove uma mirada reflexiva sobre suas vivências e aprendizagens. 3ª parte - O exercício hermenêutico como condição para a reinvenção das práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Gênero. Ruralidades. Direitos humanos

Abstract

The study, funded by edict MCTI/ CNPq/SPM-PR/MDA 32/2012, deals with gender equality and empowerment of rural women. In terms of benchmarks, the logic is sensitive to base. There was an effort in expanding the concept of gender from of respect for religious

¹ Doutora em Educação pela PUC/SP. Docente e Presidente da Comissão Própria de Avaliação (CPA) na Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Cerro Largo/RS. Pesquisadora do CNPq. Membro do Grupo de Pesquisa em Educação Popular: Processos educativos e formativos no Ensino Superior. Email: sandra.nogueira@uffs.edu.br

² Bolsista de Apoio Técnico (ATP)-A no Projeto intitulado: “A estética do silêncio no meio rural da Região Missioneira do Rio Grande do Sul: o feminino invisível em fronteiras de classe social, geração e etnia.”, sob a Coordenação da Profa. Dra. Sandra Vidal Nogueira, com apoio financeiro do CNPq/MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA. Email: duarteadelia@yahoo.com.br

diversity, freedom of belief and expression of cultural and linguistic and national traits. The argument is based on the thesis that the reconstruction of their own landscapes (whether emotional, physical or psychological) allows people to better listen to your surroundings, your place and yourself. In the thematic structure, has three parts: Part1- self formatting such as construction, the subject of their own landscapes. Part2- of a person when narrating, narrates and, in so doing, promotes a reflective glance on their experiences and learning. Part 3- hermeneutical exercise as a condition for the reinvention of teaching practices.

Keywords: Gender. Ruralities. Human Rights

Considerações Iniciais

A temática abordada nesta Pesquisa atendendo ao edital MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA nº 32/2012, versa sobre a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres do meio rural, na perspectiva de subsidiar a criação e consolidação de iniciativas locais e regionais para a ampliação de suas reais condições de cidadania³, em termos de classe social, geração e etnia, assim como, participação em todos os setores da vida social e em todos os níveis de atividade política e econômica. A escolha feita está baseada na agenda geopolítica social para as mulheres rurais contemplada no Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO).

Para viabilizar tal tarefa, mostra-se de suma relevância a escolha da amostragem, com base em dois eixos aglutinadores. Nesse sentido, foi selecionada como amostra factível pela sua razoabilidade e pertinência, a escuta de mulheres⁴ que habitam 24 municípios, integrantes da Região Missioneira do Rio Grande do Sul⁵ e que estão abrangidos pelo Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO). São eles: Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das

³ Em 2000, o Brasil foi um dos 155 governos signatários da Declaração de Jomtien, elaborada na Conferência Mundial de Educação para Todos (Tailândia) e ratificada na Cúpula Mundial Educação para Todos, em Dacar (Senegal). A terceira meta do Projeto Milênio refere-se a promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres, prevista como medida necessária para a melhoria das condições de vida pela ONU.

⁴ Cujá definição dos aspectos quantitativos fará parte da própria Pesquisa, não sendo pois, oportuno realizado a priori.

⁵ Conhecidas como sendo Missões Orientais e localizadas a leste do rio Uruguai, no lado brasileiro, a Região das Missões situa-se, geograficamente, no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul possui um total 26 municípios, de acordo com a Federação das Associações dos Municípios Gaúchos (FAMURS). O nome “Missões”, reafirmado em boa parte do comércio regional, deriva do fato de que na referida região foram edificadas, entre os séculos XVII e XVIII, as reduções jesuíticas dos Guarani, chamadas de Missões e palco de uma experiência colonizadora sui generis. Foram criadas sete reduções, denominadas de Sete Povos das Missões.

Missões, Santo Ângelo, Santo Antonio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões.

A partir desse cenário geopolítico⁶ a seleção das interlocutoras, protagonistas da pesquisa, será feita numa dupla vertente. A primeira delas diz respeito ao conjunto de mulheres que atuam diretamente na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Cerro Largo/RS, na condição de docentes, estudantes ou técnico-administrativas. A segunda focaliza, de modo especial, as mulheres com participação indireta na UFFS, pelo fato de possuírem filhos/as, maridos ou companheiros na própria Instituição nas condições acima mencionadas.

A escolha da UFFS, Campus Cerro Largo/RS⁷ com um dos eixos aglutinadores para compor os cenários da pesquisa, ao lado do universo de cidades contempladas pelas ações de ampliação de cidadania social do PROMESO, justifica-se em razão de sua posição estratégica na constituição das políticas públicas para mulheres na Região Missioneira, considerando, em especial, o papel de multiplicadoras das mulheres do campo que na atuam, direta ou indiretamente, no referido espaço acadêmico, na condição de formadoras de opinião e lideranças nas comunidades local e regional.

Objetiva-se com isso analisar a dimensão autopoietica⁸ do feminino, desvelado pelo falar de si hermenêutico, que permanece invisível pela estética do silêncio, em fronteiras de classe social, geração e etnia, a partir das narrativas de mulheres do meio rural sobre suas trajetórias, na Região Missioneira, do Rio Grande do Sul.

⁶ Os Sete Povos fazem parte de um importante capítulo na história do Rio Grande do Sul. Indígenas e jesuítas criaram formas de organização social e de trabalho bastante incomuns, dando origem a cidades prósperas, que auxiliaram na delimitação de fronteiras e foram tema para a constituição de um vasto folclore regionalista de tom heroico, em torno das figuras dos padres e dos índios, dentre os quais, em especial, Sepé Tiaraju. Segundo Boff (2002), a cultura desenvolvida nestes centros chegou a possuir um alto nível de complexidade, principalmente, em termos de arte e urbanismo porém, veio a se desfazer, motivada pelas disputas territoriais entre Espanha e Portugal. Todo esse legado, traduzido em relíquias ainda podem ser vistas nos sítios arqueológicos e nos museus regionais. Sua importância é digna de atenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura (UNESCO), e o acervo que se preservou está espalhado em coleções privadas e públicas, sendo patrimônio nacional tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

⁷ Criada em 2009 pelo Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), objetivando ampliar o acesso e a permanência no Ensino Superior.

⁸ Autopoiese – do grego (autos), “próprio”; (poiésis), criação, invenção, produção. Neologismo criado por Humberto Maturana e Francisco Varela nos anos 1970 para designar a capacidade dos seres vivos de produzirem a si próprios. O termo passou em seguida para as ciências sociais e humanas para se referir à capacidade humana de se autorregular, autoadequar, autoinventar.

O foco recai sobre a possibilidade de poder descolonizar, pela via das narrativas de mulheres, o cotidiano no meio rural gaúcho, tornando visível àquilo que se encontra nas raízes de nossa realidade imediata na Região Missioneira do estado do Rio Grande do Sul, ainda invisível pela estética do silêncio.

A participação das mulheres no desenvolvimento das zonas rurais mostra-se expressiva, quando o assunto tratado diz respeito ao quesito agricultura (olericultura, pequenos cultivos para consumo, transformação de alimentos) e o trato dos animais, especialmente aqueles de pequeno porte destinados ao consumo direto da família.

Nesse sentido, surge outra especificidade que merece destaque: o fato do trabalho das mulheres na área rural ser entendido como uma “ação de ajuda”, ao qual, não poucas vezes as mulheres e filhos pertencentes à unidade de trabalho familiar vão com o marido realizar atividades na condição de trabalhadores assalariados, porém, na medida em que o pagamento é baseado na tarefa e produção realizada, o pagamento é único, indivisível e feito ao chefe de família.

Queremos dizer com isso que, a sociedade conferiu à mulher uma condição de inferioridade de tal modo, que a percepção sobre a estreita proximidade entre desigualdades de gênero e desigualdades de classe, acaba ficando camuflada. Suas atividades consistem, sobretudo, em fornecer cuidados, ocupando-se dos outros e não a consagrar-se à economia de mercado e até pouco tempo não se tinha dados sobre estas atividades (FAO, 2009). Reafirma-se, portanto, a urgência de abordagens que possibilitem o redesenho do quadro geral dos indicadores sobre o papel feminino na sociedade e no caso particular do meio rural, aos indicadores de classe social, geração e etnia.

Igualdade de gênero e empoderamento de mulheres: o reconhecimento de uma prioridade na agenda política brasileira

Os processos de redemocratização da sociedade brasileira, desencadeados a partir de meados dos anos 1980, possibilitaram um cenário de abertura política no país, com forte presença dos movimentos sociais e particularmente das frentes de lutas femininas na cena cotidiana, ocupando lugar de destaque na vida das cidades, instituições e comunidades. Nessa época, os estudos sobre gênero conquistaram o status de campo de investigação científica no Brasil, em decorrência, principalmente, do fortalecimento do movimento feminista, nos planos nacional e internacional, fruto dos debates advindos à emergência dos

direitos sociais, após a promulgação da Constituição de 1988. (PRIORE, 2006 e 2009; BUTLER, 2010).

Tomando por base uma referência analítica para conceituar a noção de gênero, observa-se o fato dela se constituir, em essência, num contínuo de elaborações e reelaborações, de cunho histórico e político, do feminino e do masculino nas relações vividas entre os sexos, com expressiva assimetria⁹. Apesar das crescentes e progressivas mudanças sociais, econômicas e culturais nas sociedades contemporânea e principalmente na geopolítica brasileira, em pleno século XX, homens e mulheres ainda permanecem em situações desiguais, nas várias esferas da vida social, relacionadas com a divisão sexual do trabalho¹⁰.

Cada sexo tem suas funções, suas tarefas, seus espaços, seu lugar e posição quase predeterminados, de modo que, persistem fortes demarcações históricas de papéis e poderes existentes, nas interfaces de masculino e feminino¹¹. Via de regra, há de se considerar, que a atuação das mulheres sempre esteve muito restrita à esfera da vida privada, voltada para as atividades doméstica, de produção de valores para usos direcionados à família e da própria reprodução da espécie, além das tarefas atinentes às funções de cuidadora de crianças, velhos e incapazes¹². Segundo Aboim (2012, p.99)

Certamente, essa realidade mudou ao longo do século XX. Alterou-se profundamente a ordem de gênero, alteraram-se igualmente as divisões claras (se

⁹ O pensamento de Beauvoir (1980a/b) sobre o assunto é basilar, abrindo caminhos como matriz conceitual para todo o desenrolar das contribuições dadas pelos movimentos feministas e da própria produção acadêmica na área.

¹⁰ O uso da terminologia “divisão sexual do trabalho” amplia a possibilidade de análise na direção da própria subestimação das atividades realizadas pelas mulheres nos contextos familiares, contribuindo sobremaneira para a percepção da enorme invisibilidade em que se encontra o trabalho feminino. Apesar disto, mostra-se necessário ir além, como forma de introduzir interpretações pontuais sobre outras dimensões igualmente relevantes, como por exemplo, as questões de classe social, de raça/cor e etnia, corte geracional, dos direitos de propriedade, do acesso a terra e da distribuição do poder na sociedade (cf. Deere (2002).

¹¹ Pensando, de modo particular, no mundo Ocidental, com predominância judaico-cristã, os princípios apreçados, tanto no Antigo como no Novo Testamento, destacam o homem como “cabeça” da família e o responsável pelo governo da casa. Assim, a religião cumpre a função de legitimação da ordem social e as pessoas contam com ela para que lhes forneça justificativas de existir em uma posição social determinada a ser cumprida em razão da obediência ao dogma cristão (cf. BOURDIEU, 1999).

¹² A consolidação do capitalismo moderno, aliado ao incremento da vida urbana, com novas formas de vida social e a ascensão das mentalidades burguesas, inicia um acelerado movimento de liberação feminina, ao passo que dissolve a família proletária e coloca as mulheres no mercado de trabalho, retirando-as do espaço privado da família, reorganizando as vivências familiares e domésticas, bem como o tempo e as atividades femininas. O trabalho assalariado exerce a função de mola propulsora do processo de autonomia das mulheres, de modo que não é o direito e sim a economia, a base da emancipação feminina e da nova estrutura familiar

é que algum dia o foram) entre público e privado, tal como tinham sido delineadas a partir do século XVIII com a emergência da modernidade. Estamos hoje longe da colagem linear entre homens e espaço público, mulheres e espaço privado. No mundo ocidental, o sistema patriarcal, que o ideal de família burguesa tão bem reproduzia, não tem cessado de sofrer reveses, à medida que mulheres e homens derrubam fronteiras e alcançam conquistas em espaços que antes, pelo menos idealmente, lhes pareciam vedados. A ordem de gênero tradicional encontra-se profundamente alterada nesta primeira década do século XXI. Progressivamente, foram legitimados os direitos sociais das mulheres na esfera pública, decaindo também a imagem social do homem como provedor e figura de autoridade. Ao mesmo tempo, como frequentemente se argumenta, descerrava-se uma vida privada menos regulada por instâncias exteriores e vista como mais centrada no bem-estar individual e nos afetos do que na reprodução da família.

Para Vianna, Carvalho, Schilling e Moreira (2011), apesar de tudo isso, não se pode deixar de considerar que as mulheres já são mais da metade da população brasileira e cada vez mais decisiva na economia e na política do país. Assumem, também, papel de destaque nos municípios. São elas as beneficiárias diretas dos principais programas sociais do governo federal: Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida. Paulatinamente, as mulheres estão sendo incluídas em atividades centrais e ganhando legitimidade na conquista dos direitos adquiridos, tais como: autodeterminação; assumir um papel ativo na política, no governo e nas lideranças; representação política; educação; propriedade legal e transmitir uma herança. Portanto, investir em mulheres é ter retorno seguro quanto aos resultados das políticas públicas, que vão incluir pessoas, transformar comunidades e mudar a história de municípios e regiões.

Os efeitos multiplicadores da perspectiva política atribuída à igualdade de gênero têm sido cada vez mais reconhecidos em várias esferas da vida pública. O 3º. Objetivo de Desenvolvimento do Milênio é promover a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. Ele é apenas um dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), extraídos da Declaração do Milênio, que foi adotada por 189 Governos em 2000¹³.

Em se tratando dos princípios de empoderamento das mulheres, de maneira específica e abaixo identificados, há se de destacar, que os mesmos, forjados através de processo consultivo internacional que incluiu múltiplas partes interessadas, conduzido pelo Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres (UNIFREM) e Pacto Global

¹³ Os ODMs abordam os grandes desafios ao desenvolvimento mundial e estabelecem prazos e metas mensuráveis, acompanhadas por indicadores de monitoramento de progresso, com uma data limite de alcance para 2015. Para aprofundar estudos sobre o tema, consultar: <http://www.portalodm.com.br>

das Nações (UNGC)¹⁴, fornecem uma salutar “lente de gênero” para fomentar ações de responsabilidade corporativa, diversidade e inclusão e participação plena das mulheres em todo o setor privado. São eles:

1. Estabelecer liderança corporativa sensível à igualdade de gênero, no mais alto nível. 2. Tratar todas as mulheres e homens de forma justa no trabalho, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não discriminação. 3. Garantir a saúde, segurança e bem-estar de todas as mulheres e homens que trabalham na empresa. 4. Promover educação, capacitação e desenvolvimento profissional para as mulheres. 5. Apoiar empreendedorismo de mulheres e promover políticas de empoderamento das mulheres através das cadeias de suprimentos e marketing. 6. Promover a igualdade de gênero através de iniciativas voltadas à comunidade e ao ativismo social. 7. Medir, documentar e publicar os progressos da empresa na promoção da igualdade de gênero (UNIFREM, 2011, p.1).

Nesse sentido, ao abordar as questões de gênero e sua aplicabilidade ao universo do mundo rural, focaliza-se a emergência de uma forma mais consistente, ou seja, transversal e multidisciplinar, de analisar os papéis sociais das mulheres e homens na sociedade, apreendendo as desigualdades e, aprimorando, como um de seus componentes analíticos centrais, a assimetria de poderes estabelecidos no entorno social.

Analisar a dimensão autopoiética do feminino, desvelada pelo falar de si hermenêutico, que permanece invisível pela estética do silêncio, em fronteiras de classe social, geração e etnia, a partir das narrativas de mulheres do meio rural sobre suas trajetórias, na Região Missioneira, do Rio Grande do Sul.

A pessoa, ao narrar, narra-se e, ao fazê-lo, promove uma mirada reflexiva sobre suas vivências e aprendizagens

A pertinência epistemológica¹⁵ das pesquisas bioreflexivas¹⁶ narrativas nos domínios das Ciências das Humanas e no campo da Educação e/ou Áreas afins tem apresentado contribuições férteis para desvelar as várias nuances da vida social, no que tange à

¹⁴ Fundado em 2000, o Pacto Global das Nações Unidas é uma iniciativa de política estratégica para os negócios que estão comprometidos em alinhar suas operações e estratégias com dez princípios universalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. Para outros esclarecimentos, veja: www.unglobalcompact.org

¹⁵ Fazem parte desse contexto de análise: a) as categorias cognitivas da prática e historicidade; b) o sistema pessoal de produção de saber; c) os discursos psicanalíticos; d) a questão hermenêutica; e) as implicações socioepistemológicas do método.

¹⁶ Essas correntes multidimensionais remetem a proliferação de alguns neologismos que acionam o termo grego bio como prefixo — biografização, biocognitivo, bioético, biopolítico — ao representarem um importantes indicadores lingüísticos da construção de novos espaços conceituais para o trabalho com o inédito dos problemas vitais.

composição dos cenários das fronteiras culturais de uma determinada localidade, a partir da visão de mulheres do meio rural. Sua importância assenta-se na emergência e no enraizamento de nossa inserção na vida privada e pública, baseados nos cenários da cotidianidade. Ou seja, analisar a dimensão autopoiética do feminino, desvelado pelo falar de si hermenêutico, que permanece invisível pela estética do silêncio, em fronteiras de classe social, geração e etnia, a partir das narrativas de mulheres do meio rural sobre suas trajetórias, na Região Missioneira, do Rio Grande do Sul.

O exercício hermenêutico de autoformação como condição para a reinvenção da vida cotidiana privada e pública

É, pois, o exercício de identificar elos de autoconhecimento e registrar fotografias dos fazeres profissionais possibilitando novas reinterpretações dos vínculos estabelecidos entre viver e narrar, ação e reflexão, narrativa, subjetividade e linguagem. Nesse sentido, os modelos biográficos adotam uma mirada reflexiva sobre a experiência de vida nos processos de investigação e formação e oportuniza a produção de conhecimentos sobre si, os/as outros/as e o cotidiano.

Concebido, portanto, como meio formativo, o falar de si hermenêutico, apresenta três movimentos distintos e ao mesmo tempo interdependentes. São eles: pensar em si, falar de si e escrever sobre si. Segundo Foucault (2003), percebe-se que no interior dessa tríade há um elemento comum, o conceito de “si mesmo”, que nada mais é do que uma proposta organizadora de determinado princípio de racionalidade. Um dos princípios fundadores das escritas de si como prática de formação e transformação é a dimensão autopoiética, aliado a isso, ganham destaque a noção de experiência.

Com base neste cenário se constitui a relação entre o que nos acontece e a significação que atribuímos ao que nos afetou. Ao narrar nossa própria história, o que buscamos é dar significado às experiências e, nesse percurso, outra representação de nós mesmos acaba sendo construída e, portanto, reinventa-se¹⁷. Isso se faz mediante o ato de dizer, de narrar, reinterpretar! Decorre daí a constatação da relação dialética entre a reinvenção de si e a ressignificação da experiência daquilo que nos acontece e de sua

¹⁷ O preceito de Delfos recomenda, conhece-te a ti mesmo e conhecerás os deuses e o universo.

importância política estratégica como foco investigativo interdisciplinar, numa perspectiva de pensar de modo sensível.

O referente epistemológico, parte do pressuposto de que todo conhecimento é contingente, situado e temporal e que a produção de conhecimento se constitui sob determinadas relações de poder. Estamos falando das condições necessárias e dos mecanismos psíquicos, mentais e culturais a partir dos quais se efetiva este ato que chamamos de conhecimento. A partir de meados do século XX, começamos a refletir mais sobre a produção e as conseqüências do conhecimento que produzimos. A palavra epistemologia é usada aqui para designar mais os conteúdos criados, do que propriamente os mecanismos físicos e psíquicos que são condições necessárias para que conheçamos algo. A epistemologia se reveste, assim, de um caráter político e ético a partir do qual se pode exercer a crítica das produções das diversas epistemologias.

Segundo Pineau (2006) e Ricouer (2007), a tradição dos modelos herdados nessa vertente, apresenta a problemática em três perspectivas, em face de seu tratamento, que invoca, freqüentemente, uma abordagem sistêmica complexa. São elas: do tratamento do método, da linguagem e da epistemologia. Uma pesquisa terminológica sobre a denominação de diferentes correntes que desde a bios grega tentam construir sentido, a partir das experiências pessoalmente vividas, recenseou mais de uma vintena de termos. Elas podem ser reagrupadas em três subconjuntos de acordo com o que seu título sugere: uma entrada pessoal, temporal ou pela vida.

- A entrada pelo pessoal constitui o que é chamado de literatura íntima ou aquela “do Eu”: confissões, diários íntimos, cartas, correspondências, livros de pensamentos, livros de família, relações.
- A entrada temporal é também rica de denominações: genealogia, memórias, lembranças, diários de viagem, efeméride, anais, crônica, história.
- Enfim, a entrada pela própria vida, com ou sem sua raiz grega, bios. Na língua francesa, as denominações desse último subconjunto são as últimas a aparecer: no século XVII, para as biografias; nos séculos XVIII e XIX, para as auto e hagiografias; na última metade do século XX, para os relatos e as histórias de vida (PINEAU, 2006, p.338).

Com referência ao lugar que a pessoa pode ocupar em relação à utilização das diferentes abordagens, com a eclosão de um sujeito social aprendiz, três modelos podem ser extraídos, a saber: o biográfico, o autobiográfico e o interativo ou dialógico.

Tratando especificamente do legado das pesquisas científicas na Área da Educação com fontes autobiográficas constata-se a predominância dos estudos sobre as temáticas identitárias. (Cf. ANDRÉ, 2009; STEPHANOU, 2008) Mas, apesar dos avanços conquistados por todos esses movimentos, ainda são raros os trabalhos que investigam a ressignificação da experiência no ato de narrar a própria vida, como forma de partilhar inquietações sobre o lugar central de uma epistemologia da experiência nas escritas de si e nos contextos da formação e transformação das pessoas e suas comunidades. Caberia então indagar:

a) o que sabemos até agora sobre a ‘ressignificação da experiência’ como possibilidade do falar hermenêutico, a partir da dimensão da autopoietica?

b) que formas tomarão as novas divisões de poder-saber nas fronteiras de classe social, geração e etnia, sobre a vida, no curso de toda uma existência às voltas com as mudanças (passagens) interidades e intergeracionais¹⁸?

Considerações Finais

Nessa perspectiva, a repercussão e/ou impacto dos resultados que esta Pesquisa pretende ensejar, apresenta como principais contributos:

a) dar visibilidade para o relato de mulheres do campo da Região Missioneira, do Rio Grande do Sul, em publicações científicas e mídias diversas, com o seguinte direcionamento: i) identificar as aberturas e os obstáculos que enfrentam ao se moverem ao longo da cadeia de valor, a partir das referências de ruralidade; ii) refletir, de forma crítica, sobre o papel organizador e legitimador da educação no diálogo estabelecido entre a academia e os movimentos sociais; iii) provocar a desconstrução das ideias educativas normativas, com base numa abordagem interdisciplinar para as questões de gênero diante de novas ruralidades.

b) divulgar amplamente os resultados da produção acadêmica no campo de estudos e investigações de gênero e meio rural, em fóruns de debates nacionais e internacionais, em duas vertentes principais. Por um lado, analisando como a categoria gênero funciona nas relações sociais humanas, a partir das paisagens culturais do campo no Brasil. E, por outro, elaborando os entrecruzamentos entre convergências e divergências

¹⁸ O conceito de adultez remete no século XXI a ideia do/a adulto/a plural, em busca da constituição de um ser integral. Superamos as noções de estabilidade, maturidade, ou mesmo de incompletude, muito presentes e já obsoletas na visão de alguns pensadores/as. (Cf. BOUTINET, 2009)

epistemológicas das relações de gênero, Afora isso, debes promover projetos para desenvolvimento de atividades de pesquisa e/ou extensão, na ótica de espaços de ateliê-escola e/ou produção de um documentário sobre os resultados da pesquisa.

c) subsidiar iniciativas coletivas na direção a proposição de políticas, programas e projetos locais e regionais, na interface da temática “igualdade de gênero e empoderamento de mulheres do meio rural”, proporcionando partilha de conhecimentos e saberes, entre a acadêmica, os poderes públicos e os movimentos sociais na Região Missioneira, do Rio Grande do Sul.

Há de se considerar, de modo essencial, segundo Nóvoa e Finger (2010), que esforços na tentativa de construção de um novo espaço/ tempo de pesquisa, principalmente nas Ciências Humanas, objetivando refletir e exprimir o mundo vivido para dele extrair e construir um sentido. E, embora elas possam ensejar diferenciações terminológicas e suas etimologias sinalizem em alguns aspectos para objetivos e meios diversos, as correntes socioeducativas que trabalham com o biográfico possuem um elemento comum, que é a superação bioética e biopolítica, traduzindo a (re) apropriação, pelos sujeitos sociais, da legitimidade de seu poder de refletir sobre a construção de sua vida.

Queremos reiterar, portanto, com a proposição desta Pesquisa, que todo o movimento em torno da biografização e das aprendizagens biográficas e com histórias de vida deve aplicar internamente o princípio que defende, ou seja, garantir a voz para nossos/as interlocutores/as privilegiados/as. Até porque, se as palavras não são apenas uma representação da realidade, mas uma forma de construir uma realidade humana, ou de humanizá-la, transformando-a em discurso, precisamos sim, reconstruir sua historicidade, via pesquisa científica qualificada!

Referências

ABOIM, Sofia. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. Florianópolis: *Revista Estudos Feministas*. [online]. 2012, vol.20, n.1, pp. 95-117.

AGUIAR, Neuma (coord.), *Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

ANDRÉ, Marli. Pesquisas em formação de professores: contribuição para a prática docente. In: PINHO, Sheila Zambello de. *Formação de Educadores: o papel do educador e sua formação*. São Paulo: UNESP, 2009. p. 241-50.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

BADINTER, Elisabeth. *Um é o outro: relações entre homens e mulheres*. Trad. Carlota Gomes. 5ª Ed., RJ: Editora Nova Fronteira. 1986.

BANCO MUNDIAL. *Igualdade de gênero e desenvolvimento*: relatório sobre desenvolvimento mundial de 2012. Washington D.C. Disponível em: <http://www.onu.org.br/banco-mundial-lanca-relatorio-%E2%80%9Cigualdade-de-genero-e-desenvolvimento%E2%80%9D-no-dia-6-de-marco-em-brasilia/> Acesso em 28/10/2012.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edição 70, 1977.

BARDUINO Filho; DELESPOSTES, Aline Guizardi; CARVALHO, Ana Louise Fiúza de. As novas perspectivas de gênero no meio rural: o papel feminino em (re)construção – GT4: Família, Gênero e Geração. In: UFPR. *Anais do 4º Encontro da Rede de Estudos Rurais – Mundo Rural, Políticas Públicas, Instituições e Atores em Reconhecimento Político*. Curitiba: UFPR, 2010.

BARNSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline. (orgs.). *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

BEAVOUIR, Simone. *O segundo sexo. 1. Fatos e mitos*. Trad. Sérgio Milliet. 4ª Ed., RJ: Editora Nova Fronteira, 1980a.

BEAVOUIR, Simone. *O segundo sexo. 2. A experiência vivida*. Trad. Sérgio Milliet. 2ª Ed., RJ: Editora Nova Fronteira, 1980b.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami & ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 136, pp. 125-156, 2009.

BERSNTEIN, Basil. *A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle*. Petrópolis: Vozes, 1996

BOFF, C. *A imaginária guarani: acervo do Museu das Missões*. São Leopoldo: Unisinos, Dissertação de mestrado, 2002.

BOMBASSARO, Luiz Carlos; DALBASCO, Claudio Almir; KUIAVA, Evaldo (org.). *Pensar sensível: homenagem a Jayme Paviani*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2011.

BOUTINET, J-P e DOMINICÉ, P. (Orgs.) *Où sont passés les adultes? Routes et déroutés d'un âge de la vie*. Paris: Téraèdre, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, Judith _____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª ed, 2010.

BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. P. 12-34.

CARVALHO, Marília. *O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPED (1999-2009)*. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 46, 2011.

CHANTER, Tina. *Gênero: conceitos-chaves em Filosofia*. Trad. Vinícius Figueira. Porto Alegre: ArtMed, 2011.

DEERE, Carmen D., e LÉON, Magdalena. *O empoderamento da Mulher*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DIEESE/MDA/NEAD. *Estatísticas do meio rural 2010-2011. 4. ed. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário*. São Paulo, 2011.

FAO. *Equidad entre gêneros em la agricultura y desarrollo rural: Una guía rápida sobre la incorporación de las cuestiones de género en el nuevo marco estratégico de la FAO*: Roma, 2009.

FERRARO, Alceu. *Escolarização no Brasil: articulando as perspectivas de gênero, raça e classe social*. Educação e Pesquisa, v. 36, n. 2, pp. 505-526, 2010.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes,

FRANCO, Maria Laura. *Análise de conteúdo*. Brasília: Plano, 2003. v. 6.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método I – traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Tradução Flávio Paulo Meurer. RJ., Vozes, 1997.

GIDDENS, Anthony. *As transformações da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Oeiras: Celta Editora, 1996.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/index.php> Acesso em 28/10/2012.

JOSSO, Marie-Christine. *Experiência de vida e formação*. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

LAVINAS, Lena, (org). *Mulher Rural: identidades na pesquisa e na luta política*. Anais do seminário Mulher Rural – identidades na pesquisa e na luta política. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1987.

LOURO, Guacira L. (org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chaves da análise do discurso*. Trad. Márcio Venício Barbosa, Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: Editora da FMG, 1998.

NÓVOA, António; FINGER, Matthias (Org.). *O método(auto)biográfico e a formação*. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

PASSEGGI, Maria da Conceição. Narrar é humano! Autobiografar é um processo civilizatório. In: PASSEGGI; SILVA (Org.) *Invenções de vidas, compreensão de itinerários e alternativas de formação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 103-130.

_____. A experiência em formação. *Educação*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 147-156, maio/ago. 2011

PINEAU, Gaston. As histórias de vida em formação: gênese de uma corrente de pesquisa-ação-formação existencial. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.32, n.2, p. 329-343, maio/ago. 2006

PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. 2ª Ed., São Paulo: Editora UNESP, 2009.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. *Antropologia das emoções*. RJ., Editora FGV, 2010.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SALES, C. M. V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-443, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação e Sociedade*, Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez. 1990.

_____. Prefácio a "Gender and Politics of History", *Cadernos Pagu*, Campinas, n.3, p.11-27, 1994.

SILVA, Carolina Braz de Castilhos. *Pluriatividade e relações de gênero na agricultura familiar do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2009.

SILVA, J. F. A mulher como força de trabalho na modernização da agricultura no Brasil. *Revista Latino-Americana de História*, São Leopoldo, v. 1, n. 3, p. 232-248, 2012.

SPINDEL, Cheywa R., JAQUETTE, Jane, CORDINI, Mabel (orgs). A mulher rural e mudanças no processo de produção agrícola: estudos sobre a América Latina. In: ____ *Anais do Seminário*

Mulheres, Agricultura e Modernização Rural na América Latina. Brasília: Fundação Carlos Chagas, Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA) e Equity Policy Center, 1984.

SOUSA, Elizeu Clementino de. (Auto)Biografias, identidades e alteridade. Modos de narração, escritas de si e práticas de formação na pós-graduação. *Revista Fórum Identidades* ano 02, vol.04, jul-dez 2008, p, 37-50.

STEPHANOU, Maria. Jogo de Memórias nas esquinas dos tempos: territórios e práticas da pesquisa (auto)biográfica na pós-graduação em Educação no Brasil. In: SOUZA, Elizeu Clementino de; PASSEGGI, Maria da Conceição (Org.). *Pesquisa (auto)biográfica: cotidiano, imaginário e memória*. São Paulo: Paulus; Natal: EDUFERN, 2008. p. 19-54.

UNIFREM. *Rumo à igualdade de gênero: CEDAW, Pequim e os ODM*. Genebra: UNIFREM/ONU, 2005. Disponível em: <http://www.unifem.org.br>. Acesso em 28/10/10112.

UNIFREM. *Princípio de emponderamento das mulheres: igualdade significa negócios*. Genebra: UNIFREM/ONU, 2011. Disponível em: <http://www.unifem.org.br/>. Acesso em 28/10/10112.

VIANNA, Cláudia; CARVALHO, Marília; SCHILLING, Flávia & MOREIRA, Maria de Fátima. *Gênero, sexualidade e educação formal no Brasil: uma análise preliminar da produção acadêmica entre 1990 e 2006*. *Educação & Sociedade*, v. 32, n. 115, pp. 525-545, 2011.